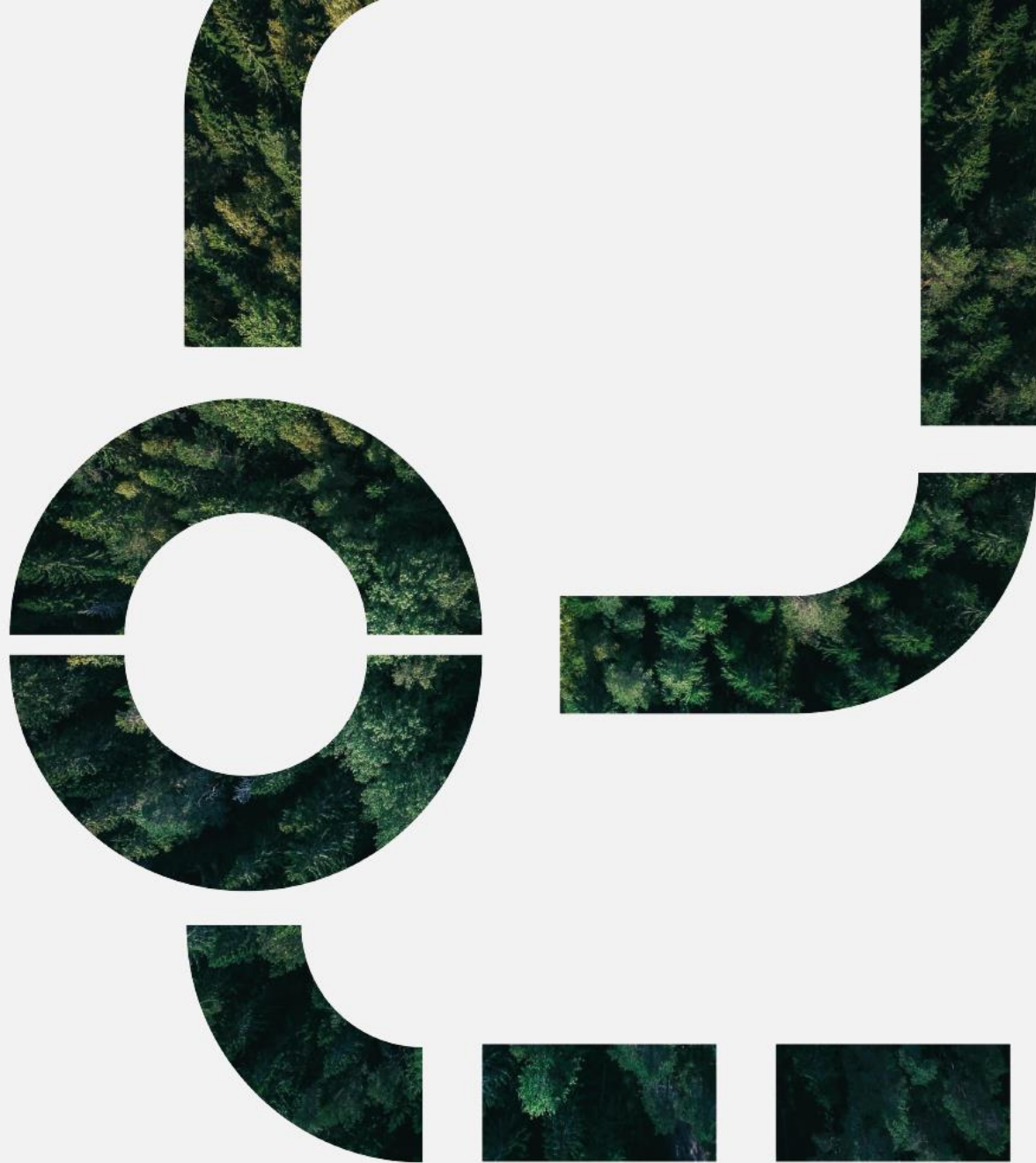




Porque devem as IES comprometer-se com a ação climática?

23 de julho, 2024

TÍTULO

Porque devem as IES comprometer-se com a ação climática

PROPRIEDADE

Universidade NOVA de Lisboa
Campolide Campus
1099-085 Lisboa – Portugal
Telefone: +351 213 715 600
Email: sustainability@unl.pt
Website: sustainability.unl.pt

Julho, 2024

COORDENAÇÃO

Júlia Seixas, Pró-reitora para a Sustentabilidade, Universidade NOVA de Lisboa

AUTORES

Madalena Ravara, Universidade NOVA de Lisboa

Aviso Legal

Os conteúdos desta publicação não refletem necessariamente as opiniões oficiais da Universidade NOVA de Lisboa ou de qualquer uma das suas escolas. Nem a Universidade NOVA de Lisboa nem qualquer pessoa ou empresa que atue em seu nome é responsável pela utilização que possa ser feita da informação contida neste relatório.

Declaração sobre direitos de autor

© Universidade NOVA Lisboa, 2024

Esta publicação é publicada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>). Isto significa que o mesmo poderá ser reutilizado sem autorização prévia, gratuitamente, para fins comerciais ou não comerciais, desde que a Universidade NOVA de Lisboa seja reconhecida como a fonte original do material e que o significado ou mensagem original do conteúdo não seja distorcido. Ele permite que os reusuários distribuam, remixem, adaptem e construam sobre o material em qualquer meio ou formato, apenas para fins não comerciais.

A humanidade enfrenta desafios relacionados com o clima à escala global, com consequências sociais, ambientais e económicas profundas e duradouras. As alterações climáticas estão a causar impactos cada vez mais devastadores à escala global, afetando desproporcionadamente as comunidades mais vulneráveis.

Inúmeros relatórios do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) demonstraram que, para evitar consequências ambientais desastrosas, é crucial limitar o aquecimento global a 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais. Tal significa reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, eventualmente, alcançar emissões líquidas nulas até meados do século. No entanto, o mundo encaminha-se para um aumento da temperatura global de 2,7 °C até ao final do século, excedendo largamente a meta estabelecida pelo Acordo de Paris [1].

As alterações climáticas são uma teia complexa de desafios que exigem uma mudança sistémica urgente em todos os setores económicos e sociais. Ocupando o Ensino Superior uma posição privilegiada na sociedade, a ação climática deve ser vista tanto como parte integrante das missões das IES, como da sua própria responsabilidade.

Vias distintas de ação climática podem ter impactos intersectoriais, começando na comunidade das IES e chegando à

sociedade em geral e ao ambiente natural, como ilustrado pela Figura 1.

Estas vias são 1) educação; 2) investigação; 3) prestação de serviços e parcerias com a comunidade em geral; 4) plataformas facilitadoras para o debate público e deliberações; 5) gestão de operações do campus [2].

Hoje, mais de um terço da população mundial frequenta alguma forma de ensino superior (atingindo 80% nos países desenvolvidos) [4]. Tendo em conta o seu alcance, as IES têm uma clara responsabilidade de dotar a nova geração de profissionais de um conjunto de conhecimentos, capacidades e valores relacionados com o clima.

Todos os alunos (não apenas aqueles que frequentam cursos relacionados o ambiente e sustentabilidade) devem ser capacitados e empoderados para que possam contribuir para a resolução de problemas relacionados com a sustentabilidade, na sua vida pessoal, profissional e comunitária [5]. Para além disto, num contexto da (eco) ansiedade generalizada entre os jovens [6], é imperativo que estes saibam lidar com a crescente incerteza relacionada com as alterações climáticas e trabalhem a sua resiliência individual e coletiva.

As alterações climáticas podem ainda ser consideradas como um motor de inovação pedagógica no Ensino Superior. Devido à sua complexidade, urgência moral, abrangência e alcance global, as alterações climáticas fornecem o contexto para uma experiência

Com o apoio de

educacional significativa e transformadora.

De facto, as alterações climáticas proporcionam oportunidades de envolvimento crítico com questões profundas de ser (ontológicas), de conhecimento (epistemológicas) e de valor (axiológicas). Alguns exemplos destas questões são as interdependências do ambiente natural, a conexão humana com a natureza, a noção de mudança e futuro da humanidade e a justiça intergeracional [7].

Para além disto, com o aumento dos níveis de desinformação e o crescente número de movimentos negacionistas, especialmente no que se refere às alterações climáticas [8], as IES devem continuar a fornecer evidências sólidas para o raciocínio de base científica, bem como treinar seus alunos e a comunidade em geral para o pensamento crítico.

A este respeito, as IES têm também um papel a desempenhar na comunicação eficaz da ciência às suas comunidades e ao público em geral, traduzindo-a em oportunidades de literacia climática e de aprendizagem ao longo da vida.

Por outro lado, grande parte da ciência que identifica padrões nas alterações climáticas, suas causas e possíveis soluções são produzidas em IES [2]. Estas são também plataformas para a interdisciplinaridade, uma componente crucial para compreender e combater as alterações climáticas [7]. Assim, existe

um grande potencial em continuar a desenvolver projetos de investigação orientados para a mitigação e adaptação às alterações climáticas e em introduzir estes conceitos e critérios em projetos noutras áreas.

Deve ser sublinhado o papel das parcerias e cooperação entre IES para amplificar a ação e as soluções climáticas. A aprendizagem com e através dos pares pode acelerar a ação e aumentar o impacto, eliminando obstáculos e condicionantes comuns (por exemplo, financiamento). Além disso, ao estabelecer parcerias com organizações de outros setores (por exemplo, projetos de investigação ou serviços à comunidade), as IES proporcionam valor acrescentado à sociedade (por exemplo, contribuindo para a conceção de políticas) [2].

No entanto, as IES também contribuem para o agravamento das alterações climáticas através das emissões diretas e indiretas de GEE associadas às suas atividades e comunidades. Dependendo da sua dimensão e atividades, este pode ser um contributo muito significativo (por exemplo, através de um elevado consumo de eletricidade em atividades laboratoriais, viagens em serviço e viagens internacionais de estudantes)¹⁰.

Neste contexto, um número crescente de IES tem avaliado e o reportado o seu inventário de emissões e direcionado esforços para a implementação de ações de mitigação (ou seja, descarbonizar os seus processos e a sua

cadeia de abastecimento) [11]. Este constitui um importante primeiro passo para a ação climática, reforçando o compromisso perante a comunidades académica e à sociedade em geral.

As IES não estão isentas de sofrer os impactos das alterações climáticas, sejam elas fenómenos crónicos ou extremos. Apenas uma ação preventiva, preparando-se para prováveis eventos deste tipo, permitirá às IES reduzir largamente as despesas quando comparadas com a inação, evitar perdas e salvaguardam a saúde e bem-estar da sua comunidade. Ao mesmo tempo que lidam com os impactos climáticos, as instituições de ensino superior podem contribuir para ampliar o conhecimento sobre os riscos climáticos locais e regionais e reforçar a capacidade adaptativa da comunidade, contribuindo para uma sociedade mais resiliente.

Importa ainda notar que rankings internacionais e outros indicadores de reputação atribuem cada vez mais peso aos temas associados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas. De facto, as mudanças no ensino superior estão também a provir de pressões externas, através de um escrutínio social crescente, especialmente por parte da comunidade estudantil. Tal é comprovado não apenas pela crescente

procura de perfis curriculares que abordem temas relacionados com as alterações climáticas, como também pelas inúmeras manifestações protagonizadas por alunos já matriculados a exigirem ação climática.

Por último, tendo em consideração o quadro legal, embora as IES enquanto instituições públicas não sejam obrigadas a cumprir os quadros legais climáticos que atualmente visam apenas organizações privadas (por exemplo, a diretiva CSRD), existem benefícios efetivos e significativos para percorrer o caminho em direção a um objetivo climático. De acordo com o regulamento europeu da Taxonomia 2020/852 que estabelece critérios para definir investimentos sustentáveis, as organizações (incluindo IES) beneficiam se demonstrarem contribuições para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Em suma, as Instituições de Ensino Superior têm diversas razões para se comprometerem com a ação climática. Na sua maioria, os conhecimentos e as competências subjacentes à ação climática já existem em cada IES. O desafio é torná-lo visível e aplicado às suas instalações, atividades e ao seu contexto específico.

Porque devem as IES comprometer-se com a ação climática

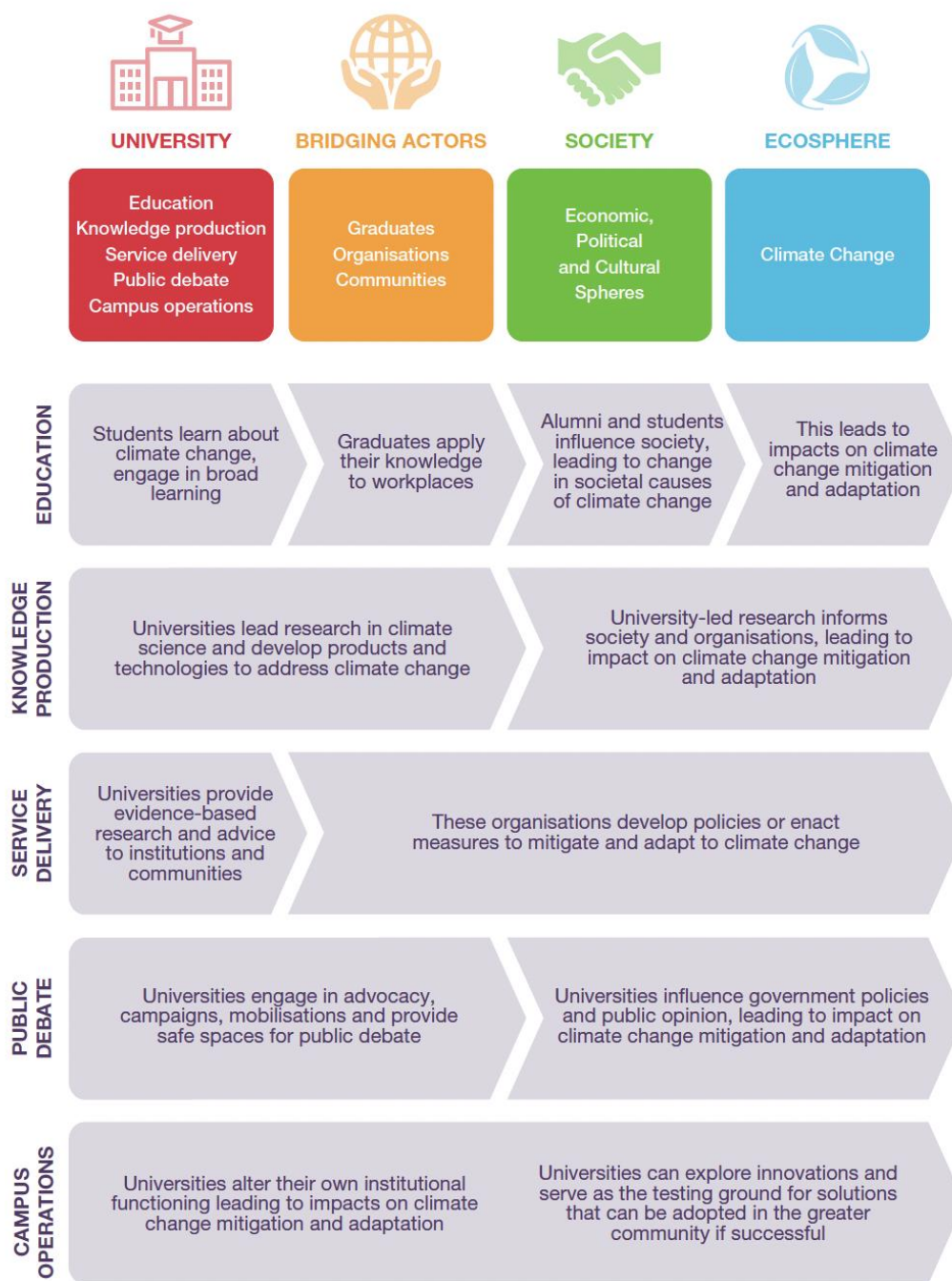


Figura 1- Vias de ação das IES para uma mudança sistémica com vista a amplificar a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Fonte: Net Zero on Campus, SDSN, 2023 [2]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IPCC, 2023: Sections. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 35–115. Aceder [aqui](#).
2. SDSN, Climateworks Centre, and Monash University, 2022. Net Zero on Campus. New York: Sustainable Development Solutions Network (SDSN), Climateworks Centre, and Monash University (Monash) Aceder [aqui](#).
3. McCowan, Tristan; 2020. The impact of universities on climate change: a theoretical framework. *Transforming Universities for a Changing Climate, Working Paper Series No. 1* Aceder [aqui](#).
4. UNESCO, 2024. Higher education: figures at a glance. Aceder [aqui](#).
5. Brundiers, K., Barth, M., Cebrián, G. et al., 2021. Key competencies in sustainability in higher education—toward an agreed-upon reference framework. *Sustain Sci* 16, 13–29. Aceder [aqui](#).
6. Hickman C, Marks E, Pihkala P, Clayton S, Lewandowski RE, Mayall EE, Wray B, Mellor C, van Susteren L., 2021. Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey. *Lancet Planet Health*; 5 (12), 863–873. Aceder [aqui](#).
7. McCowan, Tristan; 2023. The climate crisis as a driver for pedagogical renewal in higher education. *Teaching in Higher Education*, 28(5), 933–952. Aceder [aqui](#).
8. Zhou, Y., & Shen, L. (2022). Confirmation Bias and the Persistence of Misinformation on Climate Change. *Communication Research*, 49(4), 500–523. Aceder [aqui](#).
9. Robinson, Z.P., Catney, P., Calver, P., Peacock, A.; 2022. Universities as Living Labs for Climate Praxis. In: Howarth, C., Lane, M., Slevin, A. (eds) *Addressing the Climate Crisis*. Palgrave Macmillan, Cham. Aceder [aqui](#).
10. Helmers, E, Chang, C.C and Dauwels, J; 2021. Carbon footprinting of universities worldwide: Part I—objective comparison by standardized metrics. *Environmental Sciences Europe*, 33,30. Aceder [aqui](#).
11. Walter Leal Filho, Yusuf A. Aina, Maria Alzira Pimenta Dinis, Wendy Purcell, Gustavo J. Nagy (2023). Climate change: Why higher education matters?, *Science of The Total Environment*, 892, 164819, ISSN 0048-9697. Aceder [aqui](#).

Com o apoio de